

## Editorial

O Ministério da Indústria e Comércio, reuniu-se em V Conselho Coordenador, entre os dias 13 a 15 de Junho de 2007, com uma agenda bem carregada, a começar pela avaliação do plano de Malema, balanço do PES 2006, ponto de situação do PES 2007 e perspectivas para 2008.

Posto isso, seguiu-se o debate da época; o Processo de Integração Regional, olhando para a estratégia industrial, ambiente de negócios, desafios de INNOQ, visão do IPEX, visão do IPI, visão do Made In Mozambique, estratégia das PME's e a visão do comércio e do comércio fronteiriço. Ainda na mesma esteira, debateu-se a adesão de Moçambique à SACU e os acordos de Parceria Económica.

Para que estas iniciativas tenham sucesso, o Conselho Coordenador debruçou-se sobre as medidas inspectivas e seu impacto na actividade industrial e comercial.

Dentre estas matérias, foram pontos quentes a adesão de Moçambique à SACU e a integração de Moçambique no próximo ano na Zona do Comércio Livre.

Sobre o SACU, depois de um aceso debate, concluiu-se que é preciso uma boa ponderação para que não se precipite, considerando que, para o ano, o País estará na SADC e que, possivelmente, até 2010 se eliminem as barreiras não tarifárias ao Comércio, que tem sido um entrave às trocas comerciais. ■

## V Conselho Coordenador

### Simplificar procedimentos para estimular licenciamento



O Ministro da Indústria e Comércio, António Fernando, assegurou, no V Conselho Coordenador, que o pelouro que dirige vai continuar a coordenar as acções de simplificação de procedimentos, para o licenciamento das actividades com todos os sectores económicos e a incentivar uma maior descentralização de competências, para os Balcões de Atendimento Único.

O Ministro pronunciou-se, nestes termos, no seu discurso de encerramento e tendo em conta que a melhoria do ambiente de negócios constitui pedra basilar com vista à atracção, promoção de investimento e consolidação das empresas já estabelecidas.

Segundo ele, a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios deverá ser o instrumento, através do qual se

maximize os benefícios resultantes do processo de integração. Para tal, é preciso acelerar a sua conclusão e aprovação.

“Reiteramos a necessidade de capacitação do Instituto de Promoção das Exportações, ao que se recomenda que, a par dos esforços no âmbito do Orçamento Geral do Estado, a instituição prossiga com a identificação de fontes de financiamento em articulação com as instituições relevantes”, orientou.

Louvando a entrega dos quadros presentes nos trabalhos havidos, o Ministro afirmou que a reflexão sobre a estratégia da integração regional permitiu identificar um leque de produtos com potencial para exportação ao nível da região e acções de intervenção necessárias para incrementar a produção.

Continua ➔

➔ Continuação

Por isso, foi criado um grupo de trabalho para aprofundar a análise do leque de produtos com potencial para exportação e definir o respectivo Plano de Acção para a sua concretização. Esta acção foi concretizada no pretérito dia 2 de Julho.

Trata-se de um plano de acção sectorial que fará parte da estratégia global de Moçambique para a integração regional em preparação.

E como não poderia deixar de ser, Fernando falou do IV CC realizado no ano passado, tendo dito que o Ministério registou com satisfação o cumprimento integral das Matriz de Malema, o que traz uma confiança de que a mesma motivação, que caracterizou o envolvimento de todos na sua concretização, se irá repetir em relação aos compromissos que foram assumidos em Nhandanga.

“Aquela concretização só foi possível, graças a uma clara definição dos objectivos a realizar, prazos a cumprir e atribuição de responsabilidades. Neste sentido, recomendamos para que a implementação dos nossos planos e estratégias passe necessariamente pela observância daqueles princípios”, disse.

Destacou a necessidade de se continuar com o programa de promoção de produtos nacionais Made in Mozambique, divulgando acções em curso com vista a consciencializar o empresariado nacional, de que o uso da marca acrescenta valor comercial aos seus produtos, num altura que se aproxima a Integração Regional.

Uma análise feita ao balanço do Plano Económico e Social (PES) ilustrou a necessidade de um alinhamento, entre o plano de actividades do MIC e o Programa Quinquenal do Governo.

Com efeito, recomendou-se que as Direcções Nacionais e as demais Unidades Orgânicas do Ministério, nas suas acções programáticas para o próximo ano, no âmbito do PES, tenham em conta aquele Programa.

António Fernando saudou ainda o convívio havido com os líderes comunitários e com a população de Nhandanga, pois proporcionaram momento ímpar de troca de experiências e recolha de ensinamentos úteis para o enriquecimento das acções de apoio ao desenvolvimento do Distrito. ■

## Para competitividade regional

# Necessário orientar a indústria nacional à aquisição de novas tecnologias

• Consideração do Director Nacional da Indústria, Sérgio Macamo



O Director Nacional da Indústria, Sérgio Macamo, defende que uma maior competitividade da indústria nacional a nível regional passa por estabelecer uma política, que oriente a indústria nacional a pautar pelas novas tecnologias, processo que deve ser acompanhado igualmente pela mobilização de financiamentos para o sector, por via do investimento nacional e estrangeiro.

Sérgio Macamo entende que, face aos desafios impostos pela integração económica que nos espera, o sector industrial deve merecer uma forte coordenação multi-sectorial dos programas de investimento e desenvolvimento, em torno de “clusters” e de cadeias de produto e valor.

Numa apresentação feita no Conselho Coordenador sob tema “Estratégia industrial e integração económica”, Macamo advoga que com estas acções poderão ser maximizadas as competências industriais e as oportunidades de

sucesso, melhorando a articulação entre políticas, estratégias e outras intervenções, tanto públicas como privadas, e minimizando-se os riscos e incertezas.

Outra tática é incentivar a criação de ZEE (modelo da RPC) para acelerar o ritmo de desenvolvimento Industrial, estabelecer estratégias de enquadramento do IDE e dos fluxos externos de capitais privados, que permitam diversificar a base e as competências produtivas nacionais.

“Isso quer dizer que o IDE pôde ser uma das soluções para a revitalização de algumas indústrias paralisadas por falta de capitais e obsolescência de equipamentos”- referiu Macamo, que ainda acredita em se poder atrair o capital nacional para aumentar o seu contributo para o investimento produtivo directo.

Esta proposta parte do princípio de que a importação de tecnologias é um processo por si oneroso. Além dos custos de aquisição e transporte, há ainda que formar os recursos humanos para que possam saber manejá-las.

O DNI apresentou estas soluções, depois de fazer uma análise daquilo que são as condições actuais da indústria moçambicana, cujos investimentos, crescimento e exportações resultantes são lentos.

Lembrou que o incremento registado nos últimos anos só acontece mercê dos grandes projectos, como a Mozal, Áreas Pesadas de Moma, entre outros.

Por exemplo, nos últimos seis anos (2000 a 2006) a indústria nacional cresceu de pouco mais de seis mil milhões de meticais para 22 mil milhões de meticais, isso contando com os mega-projectos.

Tirando os grandes projectos, o mesmo sector só saiu de pouco mais de 4.500 milhões de meticais (em 2000) para 7.600 milhões em 2006.

Para Macamo, as novas tecnologias têm de ser acompanhadas pela aquisição

de experiência e capacidades competitivas, melhoria da qualidade dos produtos nacionais, criação de ligações bem ainda do melhoramento das condições laborais e salariais.

O sucesso da estratégia de integração neste sector passa, segundo o orador, pela revisão ao regulamento de “procurement” (DM 54/2005), “que implique a

redução das exigências inerentes às garantias, de modo a melhorar a aderência das indústrias no aproveitamento das oportunidades inerentes ao fornecimento de bens e serviços”.

Além deste, o DM 99/2003 também deverá ser alvo de revisão, com vista à eliminação da exigência de 20 por cento de valor acrescentado, como condição

para a isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas.

“Se as empresas puderem usufruir de imediato de isenção incondicional, poderão se organizar melhor e melhorar a sua competitividade”- resume, defendendo que a perda de receitas aduaneiras poderia ser compensada com os impostos internos. ■

## De 96 milhões de meticais de 1997 a 2006

# Reembolsado menos da metade do dinheiro do FARE



**D**e um total de 95.534.616 meticais desembolsados pelo Fundo de Reabilitação Económica (FARE), para apoiar a rede comercial rural no período 1997 a 2006, apenas 40.164.777 foram reembolsados pelos mutuários, o que corresponde a menos da metade dos valores concedidos, refere um documento daquele programa.

O FARE é uma linha de crédito público, com o objectivo de apoiar financeiramente a reabilitação, desenvolvimento e dinamização da economia nacional, criada em 1992 por um decreto (20/92, de 5 de Agosto) e que entrou em funcionamento em 1996.

Numa primeira fase operou nas províncias de Sofala, Manica, Tete (no centro) e Niassa (no norte). Actualmente, abrange todas as províncias nacionais, incluindo a capital moçambicana.

De acordo com um documento apresentado no último Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), decorrido em Nhamatanda, província de Sofala, de 1997 a 2006 foram aprovados 775 projectos, correspondentes a 115.550.530 meticais. Deste valor, desembolsados para os respectivos mutuários 95.534.616.

Acontece que do mesmo balanço chega-se a conclusão de que apenas 40.164.777 meticais foram reembolsados aos cofres do FARE.

Recorde-se que dos 775 projectos aprovados, 502 estão relacionados com cantinas rurais, 269 de projectos produtivos (ligados a moageiras, panificadoras, pescas, carpintaria, exploração de carvão e serralharias) e quatro especiais (ligadas a feiras e associações).

A linha referente a cantinas rurais foi a que mais projectos e fundos recebeu, no valor de 84.957.327 meticais, dos quais 67.701.613 meticais foram desembolsados aos beneficiários e somente menos da metade (32.841.693) retornaram aos cofres do FARE.

Já no que concerne a projectos produtivos, foi aprovado o montante de 21.881.983 meticais, dos quais apenas 19.121.783 foram desembolsados e reembolsados 5.954.852 meticais.

Na componente projectos especiais, foram aprovados projectos estimados em 8.711.220 meticais, todos eles desembolsados. Infelizmente, apenas 1.368.232 meticais retornaram aos cofres.

Os gestores deste fundo atribuem este fraco índice de reembolsos como reflexo da falta de cultura empresarial dos mutuários, o que os leva a pensar que os fundos disponibilizados pelo Governo são um donativo.

Alguns beneficiários não têm idoneidade suficiente para lidar com aquele tipo de financiamento, além de que a população tem fraco poder de compra, o

que influencia as trocas comerciais.

A justiça também é um problema. Como reflexo, há demora por parte dos juizes de execuções fiscais em efectuar cobranças coercivas, segundo relata ainda a mesma fonte.

Além destas razões, alguns projectos pararam a meio, devido ao falecimento dos beneficiários, ao mesmo tempo que muitos herdeiros não têm capacidade para dar continuidade.

Se do lado dos beneficiários há problemas, os gestores enfrentam ainda outros. Por exemplo, segundo dados em nosso poder, o desembolso dos fundos leva muito tempo, o que se deve ainda à concentração excessiva.

“Em face dos constrangimentos que se colocam na estratégia actual do FARE, está previsto que futuramente passe a estar virada à concepção de apoios financeiros directos às instituições de intermediação financeira” – refere a fonte.

Assim, instituições bancárias e de micro-finanças servirão de intermediárias entre o projecto e os beneficiários, contribuindo “para uma maior abrangência, diversificação e impacto, em prol do desenvolvimento económico” do país.

Esta nova abordagem na concepção dos créditos do FARE prevê que os beneficiários passem por uma escrutinação, que inclui a “publicitação dos recursos disponíveis”.

Actualmente, o FARE contempla todas as províncias nacionais, integrado nas direcções de Plano e Finanças.

Com a nova filosofia, pretende-se que façam parte dos Conselhos Provinciais do FARE também as direcções da Indústria e Comércio, que deverão participar na análise de projectos e selecção de instituições financeiras a beneficiar do financiamento. ■

## Ministério da Indústria e Comércio

# Desempenho é positivo mas Integração Regional exige novo redobrar de esforços

- Constata o V Conselho Coordenador havido entre os dias 13 e 15 de Junho, na localidade de Nhandanga, Província de Sofala



O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) está a contribuir positivamente para a materialização do Plano Quinquenal do Governo, executando as diversas actividades que estão inscritos no seu Plano Económico e Social (PES).

No entanto, a Integração Regional que se avizinha deve ser bem preparado, de modo a que constitua um ganho e não uma ameaça, conforme constatou o V Conselho Coordenador (CC), havido na localidade de Nhandanga, Distrito de Nhamatanda, Província de Sofala, entre os dias 13 e 15 de Junho de 2007.

O V Conselho teve como lema: “Preparação de Moçambique Rumo à Integração Regional” tendo em conta que estamos há escassos meses para 2008, ano em que os primeiros sinais desse processo serão sentidos com maior impacto.

Estiveram presentes no V CC a Secretária Permanente, Ana Maria Raquel D’Assunção Alberto, Directores Nacionais, Directores Provinciais, Chefes de Departamentos Autónomos, dirigentes das Instituições tuteladas, subordinadas, outros quadros superiores do Ministério da Indústria e Comércio e convidados.

O Ministro da Indústria e Comércio, António Fernando, esteve no CC desde o primeiro dia, tendo feito uma abordagem em torno da campanha Made in Mozambique.

Recordou, com efeito, que a estratégia eficaz para o sucesso desta iniciativa passava por entregá-la ao povo. Mas, como não deixaria de ser, indicou alguns pontos positivos que foram alcançado, dentre os quais a assinatura de memorandos de entendimento com quatro Ministérios, para privilegiar a aquisição de produtos nacionais, a atribuição do selo Made in Mozambique a vinte e duas empresas e o aumento da produção nacional nas áreas de mobiliário, cartonagem e águas minerais.

Os altos índices de crescimento económico do País mereceram a atenção do Ministro, que enfatizou que os mesmos resultam, igualmente, das acções levadas a cabo para a melhoria do ambiente de negócios no País, consubstanciadas na criação do Centro de Informação de Negócios, na institucionalização dos Balcões de Atendimento Único (BAUs), publicação electrónica da III Série do Boletim da República e, em geral, na simplificação dos procedimentos de registo de empresas e do licenciamento das actividades económicas.

No que tange à integração regional, questionou, durante o seu discurso de abertura, o grau de preparação do nosso País para a fase de abertura do mercado regional em 2008, e afirmou que a resposta passava pela elaboração de uma

estratégia integrada para obter o máximo de vantagens desse processo. Nesse contexto, indicou as acções desenvolvidas até ao momento pelo MIC para lograr esse objectivo.

Em suma, o Ministro quis provocar os quadros presentes e convidá-los a usar os seus conhecimentos, para encontrar mecanismos para que a integração regional e as actividades do Ministério sejam positivos nos próximos tempos.

No V Conselho, foram discutidos 11 temas discutidos, nomeadamente o “Balanço do PES 2006, Ponto de situação do PES 2007 e Perspectivas 2008; Avaliação do Plano de Acção de Malema; Processo de Integração Regional; Adesão de Moçambique à SACU; Acordos de Parceria Económica; Reforço das acções inspectivas e seu impacto na actividade industrial e comercial; Proposta da nova estrutura orgânica do MIC; Nova Filosofia do FARE e o Papel das DPIC’s; Promoção de equipamento de pequeno porte nas zonas rurais (Maquinetas); Ponto de situação dos recursos humanos no MIC e proposta do novo quadro de pessoal e, por fim, Diversos”. ■

## PES positivo mas esforço continua

O Conselho Coordenador deu nota positiva aos esforços que têm sido desenvolvidos um pouco por todo o País, visando implementar e cumprir as directrizes do Plano Económico e Social (PES). *Continua* ➔



➔ Continuação

No entanto, notou-se que urge fazer com que as actividades inscritas no plano de cada sector reflectam as prioridades do Programa Quinquenal do Governo. Por outro lado, notou-se que há toda uma necessidade de se elaborar matrizes de acções com indicadores e metas, devendo-se, entretanto, assegurar o seu cumprimento.

Basicamente, o CC apreciou o documento contendo o balanço do PES 2006, reflectindo os trabalhos realizados por todos os sectores do MIC, incluindo as instituições sobre tutela e subordinadas.

De tais actividades, especial atenção foi dada à área industrial em que foi concluída a reforma e harmonização da Política e Estratégia Industrial, Estratégia das PME's incluindo o estudo de sustentabilidade financeira do futuro Instituto de Desenvolvimento das PME's, Estratégia Subsectorial Metalomecânica. A aprovação de sete normas de qualidade e do Código da Propriedade Industrial é de destacar.

Enquanto isso, na área comercial foi aprovada a Estratégia de Comercialização Agrícola e a reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique.

Relativamente ao comércio internacional, o Conselho Coordenador destacou a assinatura do acordo quadro sobre o comércio e investimento entre os Estados Unidos da América (EUA) e a República de Moçambique, o Acordo Comercial com o Malawi, organização da Feira Internacional de Maputo (FACIM) e a participação em sete feiras internacionais.

“No que concerne ao apoio ao empresariado nacional, foram realizadas várias acções de apoio directo ao sector produtivo através do PODE, do Programa de Facilitação do Crédito ao Comércio Rural, do Fundo do Fomento a Pequena Indústria (FFPI), do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), do Programa “Italian Commodity AID”, do Programa de Relançamento do Sector Privado Afectado pelas Cheias de 2000-2001”, destacou o CC.

Quanto à valorização da produção nacional, foi criada a Unidade Técnica de Promoção de Produtos Nacionais (UTPPRON) e aprovado o regulamento sobre os requisitos de acesso a marca “Orgulho Moçambicano, Made in Mo-

zambique” tendo a mesma sido atribuída a vinte e duas empresas, até ao presente momento.

No concernente à melhoria do ambiente de negócios, particular destaque vai para a institucionalização dos BAUs,

através da aprovação do seu Estatuto Orgânico, a criação do Centro de Informação de Negócios, o reforço do diálogo com o sector privado e a revitalização do Grupo Interministerial para a Remoção das Barreiras ao Negócio. ■

## Conselho afina estratégias para Integração Regional



O nosso Ministério está a trabalhar arduamente para que o processo de integração que se avizinha constitua mais valia para todos os segmentos da sociedade moçambicanos.

Nesse âmbito, os participantes do CC decidiram pela criação de um grupo de trabalho, para elaborar o plano de acção do MIC para a integração de Moçambique na zona de comércio livre da SADC. Tal grupo deveria ter apresentado resultados até ao dia 2 de Julho passado, tendo em conta as contribuições do CC.

Como forma de simplificar tal trabalho, os participantes daquele evento aprovaram os termos de referência que nortearam o trabalho em causa, dentre os quais a recolha das contribuições do sector público e privado para a elaboração da estratégia final sobre a integração de Moçambique na zona de comércio livre da SADC, que devia ter sido submetida para a aprovação pelo Conselho de Ministros até Julho passado.

Na mesma perspectiva, o CC decidiu que era preciso capacitar as instituições responsáveis pela qualidade, propriedade industrial e promoção das exportações, de modo a responder aos desafios impostos pelo processo de integração.

De referir que foi feita a apresentação no CC do documento “Estratégia de

Integração Regional”, que destacou o protocolo comercial da SADC e a calendarização da sua implementação.

O documento ressaltou, igualmente, a criação da zona de comércio livre em 2008 que culminará com a liberalização do mercado moçambicano em 92 por cento para a África do Sul e 94 por cento para o resto dos países da SADC.

Os debates havidos neste sub-tema frisaram ainda a importância da qualidade no processo da integração regional e a necessidade de potenciar o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ), de modo a responder aos desafios que se impõem.

O CC reconheceu a importância da promoção das exportações dos produtos nacionais tendo referenciado o papel do IPEX e a necessidade de potenciar para desempenhar cabalmente as suas funções.

No entender dos quadros que tomaram parte do Conselho, a abertura do mercado regional irá implicar um maior volume de registo dos direitos da propriedade industrial e um maior risco de fenómenos de contrafacção e pirataria e neste contexto foram apreciadas as medidas que devem ser tomadas, no sentido de capacitar o IPI para responder a este desafio. ■

## Nossa inspecção deve ser potenciada

Todo o trabalho que for feito, quer ao nível público, quer privado, deve ser inspecionado por forma a evitar actos ilícitos e outros que possam tirar a qualidade da produção de bens e prestação de serviços.

Com efeito, o CC chamou a atenção para a potenciação das inspecções com recursos humanos e investir na sua formação e capacitação.

Destacou-se, de igual forma, a necessidade de se acelerar o processo do estabelecimento da Inspeção das Actividades Económicas e a sua extensão por todo o País, de modo a responder eficazmente à função inspectiva do Estado.

No Conselho, foi feito um informe sobre as acções inspectivas com incidência no processo de reestruturação em curso, cujo objectivo é modernizar os métodos inspectivos, imprimir uma nova dinâmica no funcionamento da Inspeção dando ênfase à formação e capacitação dos quadros.

Dentre outros pontos, o informe indicou que foram levadas a cabo acções contra a rotulagem irregular, produtos fora do prazo e contrafacção. ■

## Microfinanças passam a apoiar os mutuários

Já não será feito qualquer apoio directamente aos mutuários, devendo, conseqüentemente passar a canalizar os apoios por via das instituições de microfinanças nas zonas rurais, segundo a apresentação que foi feita sobre a nova filosofia do FARE.

Ainda sobre esta matéria, o CC recomendou que a nova filosofia fosse traduzida em acções concretas para que produza resultados visíveis e que os Direcções provinciais da Indústria e Comércio deveriam ser pró-activos no âmbito das estruturas provinciais de gestão e monitoria do FARE. ■

## Falta de protecção contra incêndios preocupa

A falta de mecanismos de segurança e de protecção ou mitigação de incêndios a nível do MIC, incluindo nas direcções provinciais e distritais foi apresentado como grande preocupação no Conselho.

Nesta perspectiva, o CC recomendou a criação de um grupo de trabalho que deverá efectuar um diagnóstico das fragilidades existentes neste âmbito e propor medidas apropriadas até ao passado dia 2 de Julho de 2007.

Num outro momento, os quadros presentes debruçaram-se sobre uma possível adesão de Moçambique à SACU. Assim, o Conselho constatou que em termos de receitas aduaneiras, volume de investimentos e fluxo do comércio, o País poderia obter ganhos consideráveis.

Com efeito, recomendou-se a elaboração de um calendário dos procedimentos para a tomada da decisão final.

De igual forma, foi apresentado um informe sobre o processo negocial do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a SADC-EPA e a UE, no âmbito das novas relações económicas entre o grupo ACP e a UE.

O CC tomou nota do facto que durante a negociação do APE procurar-se à obter um período longo de transição e considerando que existe já um processo interno de redução de tarifas, o mesmo será estrategicamente utilizado como parte da oferta de Moçambique à UE. ■

## Necessária redução dos custos do comércio para fortalecer exportações

Moçambique é até então um dos países da região da SADC onde existem muitas barreiras para o exercício do comércio internacional (importações e exportações), o que contribui negativamente para o crescimento não apenas das exportações, como da própria economia

nacional, segundo um estudo de ambiente de negócios feito no âmbito da visão de integração regional.

De acordo com a directora nacional adjunta de Comércio, Olga Gomes, numa apresentação feita durante o Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), a nível da Banca, as taxas cobradas pelas Cartas de Crédito são elevadas (entre um a 2,5 por cento do valor transaccionado). Além disso, falta informação fiável sobre os operadores do sector.

Do lado das autoridades aduaneiras, as Alfândegas no concreto, os procedimentos utilizados são repetitivos e duplicados, os processos continuam manuais, há falta de adopção de um sistema de gestão de risco. O mesmo estudo denuncia a falta de profissionalismo e a utilização de preços de referência, mesmo havendo evidência do valor de transação.

Por alguns destes factores, o comércio internacional em Moçambique é moroso e quase que impossível, o que mina o desenvolvimento económico almejado.

Em cada dia adicional que a mercadoria leva para embarcar reduz o comércio em um por cento.

“Dito de outra forma, cada dia é equivalente ao distanciamento da empresa do seu parceiro de comércio em cerca de 70 quilómetros em média” - referiu Olga Gomes na sua apresentação.

Uma redução do tempo em dez dias significaria um incremento de dez por cento nas exportações nacionais, segundo calcula o estudo apresentado.

Para dinamizar esta área, o estudo propõe que a curto e médio prazos o “scanning” (objecto de muitas críticas no seio dos operadores económicos) deverá ser usado numa base selectiva e não mais do que a 20 por cento das mercadorias. As inspecções pré-embarque deverão ser abolidas, que os operadores honestos possam fazer o desembarço mesmo sem documentos originais e que se melhore o sistema de reembolso do IVA.

Propõe-se ainda a criação de um Serviço de Atendimento ao Sector Exportador e Importador e de um Comité Nacional de Facilitação do Comércio ou “Task Force”.

Os empresários deverão ser sujeitos a capacitações contínuas em matérias relativas às regras de origem, além de se

concluir, aprovar e implementar a Estratégia do Ambiente de Negócios. Não fica afastada a criação de um Balcão de Apoio ao Investidor.

Para as Alfândegas, a recomendação é simples: estabelecer um sistema informático adequado e funcional, criar uma janela única, ligando as Alfândegas aos Bancos e Autoridades Portuárias, conce-

ber um sistema computadorizado de gestão de risco, utilizando a base de dados existente sobre os agentes económicos e criação de um único posto fronteiriço em Ressano Garcia.

A longo prazo, o desafio do Governo deve ser o de aumentar os investimentos em Estradas e Portos para que Moçambique possa tirar maiores vantagens da sua

localização geográfica, disse.

Ainda no âmbito da integração, as Direcções Provinciais da Indústria e Comércio (DPIC's) das zonas fronteiriças deverão prestar assistência aos operadores que, a partir daí, queiram exportar no âmbito do protocolo comercial. Esta política pretende que o processo integrativo se faça sentir em todo o País. ■

## Aos desafios da Integração Regional

# Necessária adequação dos serviços do IPEX

### • PCA do IPEX no Conselho Coordenador do MIC



O processo de integração económica em curso na região da SADC e a perspectiva do estabelecimento de novos instrumentos de cooperação com a União Europeia (UE) impõem uma série de desafios, que exigem a adequação dos serviços prestados pelo Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX) ao empresariado nacional, defendeu o Presidente do Conselho Geral e de Administração (PCA) daquela instituição, João Macaríngue, na sua intervenção no último Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

Macaríngue, que abordava o tema "IPEX – nova visão e missão", lembrou que pese, embora novos desafios ao País, a integração regional e a cooperação com a UE abrem enormes oportunidades para o incremento das exportações nacionais.

"Tendo em conta esta situação, senti-

mos a necessidade de adequar os nossos serviços a essas oportunidades e desafios que se impõem e que requerem uma nova postura da nossa parte e certamente da parte do empresariado" – referiu o PCA do IPEX.

Na sua abordagem, João Macaríngue incidiu sobre cinco desafios inerentes à integração regional. Tal é o caso do incremento das exportações nacionais (1) e de número de empresas nacionais a exportarem para a região (2), maximização das vantagens comparativas (3), manutenção das empresas exportadoras nacionais (4) e aumento da receita fiscal (5).

Para vencer estes desafios, o IPEX tem pela frente o desafio de "mudar a forma de trabalhar e ir ao encontro do empresariado", servindo como Centro de Excelência na pesquisa e disseminação das condições de penetração nos mercados, promovendo empresas, produtos e serviços nacionais.

Terá, igualmente, a tarefa de disponibilizar informação útil e actual sobre a Integração Regional, o que irá contribuir para a competitividade das empresas nacionais. Esta é a razão pela qual o IPEX já

desenhou uma nova Estrutura Orgânica, a entrar em vigor nos próximos dias.

Aliás, o dossier Integração foi motivo de abordagem pelo Ministro da Indústria e Comércio, António Fernando, durante a abertura e encerramento do Conselho Coordenador, cujo lema foi "Preparação de Moçambique rumo à integração regional".

O Ministro lembrou tratar-se de um processo incontornável e que as empresas nacionais tinham a missão de trabalhar para que sejam competitivas em relação a outras da região.

Além do mercado externo, disse que os produtores nacionais têm de encontrar mercado a nível interno, valendo para isso, a fortificação da campanha Made in Mozambique.

Na componente exportação, o Ministro recomenda que se pense primeiro no mercado regional, antes de pensar em locais mais longínquos. Devido a importância que se deu a esta matéria, foi criado um grupo de trabalho, composto por quadros do MIC, para a elaboração de uma matriz sobre a integração regional. O relatório foi entregue na primeira semana de Julho. ■

## Crónica de viagem

Um certo dia, em conversa com um amigo, este dizia que se há alguma coisa que não dá para confiar muito é a memória. Falou também de outra coisa, mas não vem ao caso. Mas porque a memória, é por causa dela que escrevi esta crónica uma semana depois e suspeito que por traição da memória me tenha esquecido de outras cenas, talvez

mais engraçadas ainda. Mas o.k., vamos ao "importante" ao ponto agora. Saímos de Maputo às 06h00 do dia 11 de Junho de 2007, com destino à Província de Sofala, Distrito de Nhamatanda, posto administrativo de Nhandanga, onde iria ser realizado o C.C..

Certamente o amigo leitor deve estar a imaginar que viagem seria esta. São 1067

Continua ➔

➔ Continuação

km que era preciso percorrer e foram percorridos. Os membros e convidados para este C.C. foram divididos em dois autocarros da Panthera Azul, autocarros com o mínimo de comodidade, talvez esta tenha sido a razão de termos chegados lá ainda com muita força e bem dispostos.

Mas como dizia, a viagem foi longa, valemo-nos de alguns dotes naturais e outros por impulso do álcool de colegas que se foram despontando para nos proporcionar um ambiente espectacular no interior dos azulinhos. Por aí nos bastidores, ouviam-se vozes que diziam: “nunca vimos tal coisa antes, o MIC está de facto a crescer, muita comida e muita bebida, valeu a pena esta viagem”.

Sem dúvidas, o ambiente era bom, contemplamos as belas paisagem desta Pátria Amada, vimos pessoas de diversas etnias e culturas diferentes das nossas e isso foi motivo para aprendermos alguma coisa e ter uma imagem real do País. Pena que para o ano se pense em Inhambane. Se fosse Nampula, via terrestre, veríamos mais e melhor o nosso País.

Voltando à viagem, a distância misturada com o cansaço, barriga cheia e em algum momento o álcool a comandar, o sono lá se vinha, lá se ia, mesmo para os mais espertinhos não resistiram a ele, a verdade é que quando eram 21h00 já estávamos em Nhandanga.

Chegados, fomos distribuídos pelos quartos e deliciamo-nos com o primeiro prato daquele complexo.

No dia seguinte, fomos ao Parque Nacional de Gorongosa para ver os leões, os tigres, os rinocerontes, enfim, aqueles “bichos” grandes que só vimos nas revistas, que desta vez esperávamos ver ao vivo. Entramos nos minibus, deu-se a volta, mas ninguém viu sequer um, se não os famosos facocheiros, as pivas e macacos. Contudo, ninguém, saiu de lá triste, o almoço foi tão bom, acompanhado de um bom ..., e voltamos todos a cantar. ■



## Ficha técnica

**Director:** Jorge Aquimo Sipanela • **Editor:** Manuel Fernando Chicane • **Redactor:** André Chemane • **Colaboradores:** Xavier Sumbane e Gracinda Valoi • **Assessor:** Leandro Paul • **Propriedade:** Ministério da Indústria e Comércio (MIC) • **Distribuição:** MIC-Magazine (gratuita) • **Email:** infomic@mic.gov.mz • **Dispensa de registo:** GABINFO DEC/2006 • **Grafismo:** Elográfico • **Tiragem:** 500 exemplares

**Centro de Informação de Negócios (Call Center)** • O centro funciona no Ministério da Indústria e Comércio.

Pode ser contactado das 7.30 às 15.30 horas, de 2ª a 6ª feira, através dos seguintes números telefónicos:

21 36 06 00 • 82 06 66 666 • 82 07 77 777 • E-mail: infonegocios@mic.gov.mz